EPR Iguaçu S.A.

Informações Trimestrais – ITR
Período de três meses findo em 31 de março de 2025
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

EPR Iguaçu S.A.

Informações Trimestrais – ITR

Período de três meses findo em 31 de março de 2025

Índice

Comentários de desempenho 2
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais 12
Balanço patrimonial 14
Demonstração do resultado 16
Demonstração do resultado abrangente 17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 18
Demonstração dos fluxos de caixa 19
Demonstração do valor adicionado 20
Notas explicativas às informações trimestrais 21



EPR Iguaçu S.A.

Comentários de Desempenho 1ITR 2025

Comentários de Desempenho 1T25

Cascavel (PR), 23 de maio de 2025 – A EPR Iguaçu S.A. ("Companhia" ou "EPR Iguaçu") divulga seus resultados referente ao período de três meses ("1T25") findo em 31 de março de 2025.

EPR Iguaçu S.A.

A EPR Iguaçu S.A. foi constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025.

O Contrato de Concessão nº 05/2024 estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à Companhia o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não havia iniciado sua operação, tendo seu ínicio em 16 de maio de 2025. A cobrança de tarifa de pedágio terá início somente após o cumprimento das seguintes condições: reforma das praças de pedágio existentes, eliminação de buracos, revitalização da sinalização horizontal e vertical em pontos críticos, instalação de placas indicativas de atendimento telefônico ao usuário e remoção da vegetação ao longo das rodovias.

A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos:

(i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próximo ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, passando por Cascavel; e
(ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado, passando pela cidade de Francisco Beltrão.

A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes e 3 a serem implantadas. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários.

A principal fonte de receita da Companhia será através da arrecadação da tarifa de pedágio. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.

Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora indireta da EPR Iguaçu, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovia no Estado do Paraná.

Destaques

Início

O Grupo EPR arrematou o processo licitatório no dia 19 de dezembro de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 11 de abril de 2025.

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia foi constituída com a subcrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência da totalidade das ações ordinárias dos acionista EPR Participações S.A. e EPR Infraestrutura PR S.A. para a EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 689.999.900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 689.000. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R$ 334.000

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante total de R$ 580.000 mil, sendo a 1ª série no valor de R$ 400.000 mil e a 2ª série no valor de R$ 180.000 mil. O vencimento de ambas as séries é em 28 de fevereiro de 2028. Em 17 de abril de 2025, foi realizada a integralização da 1ª série. A 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026.

No dia 16 de maio de 2025, a EPR Iguaçu iniciou a prestação de serviços nas rodovias. Os usuários que trafegam têm acesso a serviços como: atendimento médico, socorro mecânico e inspeção de tráfego.

Receita

A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024, até a divulgação deste comentário de desempenho, a cobrança de pedágio ainda não havia iniciada. Apresentamos a receita apurada abaixo:

Receita (R$ mil)	1T25
Receita Bruta	**66.342**
Receita de serviços de construção	66.342
Receita Líquida	**66.342**

A receita líquida com serviços de construção totalizou R$ 66,3 milhões no 1T25

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Custos e Despesas Operacionais (R$ mil)	1T25
Custo de serviços de construção	(66.342)
Serviços de terceiros	(2.014)
Com pessoal	(2.396)
Depreciação e amortização	(15)
Aluguéis	(125)
Seguros e garantias	(46)
Combustíveis e lubrificantes	(172)
Outros	(1.010)
Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas	**(72.120)**

No 1T25, os custos de serviços de construção foram de R$ 66,3 milhões de um total de R$ 72,1 milhões, representando 92,0% do total de custos e despesas operacionais.

EBITDA

O EBITDA totalizou -R$ 5,8 milhões no 1T25, em função da fase pré-operacional da Companhia.

EBITDA (R$ mil)	1T25
Receita líquida	66.342
Receita de construção	(66.342)
Receita Líquida Ajustada	-
Custos operacionais	(66.342)
Despesas operacionais	(5.778)
Custos de construção	66.342
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(5.778)
EBIT	**(5.778)**
Depreciação e amortização	15
EBITDA	**(5.763)**
Margem EBITDA ajustada	*0,0%*

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA:

EBITDA (R$ mil)	1T25
Lucro Líquido	**(2.628)**
(+) IR e CS - correntes e diferidos	(1.291)
(+) Resultado financeiro	(1.859)
(+) Depreciação e amortização	15
EBITDA	**(5.763)**

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ mil)	1T25
Receitas Financeiras	**2.149**
Aplicações financeiras	2.149
Despesas Financeiras	**(290)**
Impostos sobre receitas financeiras	(100)
Encargos financeiros	(16)
Outras despesas	(174)
Resultado Financeiro	**1.859**

O resultado financeiro líquido foi de R$ 1,9 milhões no 1T25. Este valor representa o saldo de rendimentos sobre aplicações financeiras, em função do capital aplicado. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER.

CAPEX

CAPEX	1T25
Imobilizado	1.049
Infraestrutura em construção	23.758
TOTAL	**24.807**

No 1T25, a Companhia desembolsou R$ 24,8 milhões, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para trabalhos iniciais, conforme preconiza o contrato de concessão.

Prejuízo Líquido

No 1T25, a Companhia apresentou um prejuízo líquido de -R$ 2,6 milhões.

Governança Corporativa

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), equivalente à "IAS 34" - Interim Financial Reporting e estão apresentadas de forma condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ("ITR").

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa e revisões trimestrais à Companhia, não prestou outros serviços além da revisão das Informações Trimestrais – ITR durante o período, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração

A Administração da EPR Iguaçu S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as Informações Trimestrais relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório sobre a revisão de informações trimestrais do auditor Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R$ mil)	31/03/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	66.342
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(66.342)
LUCRO BRUTO	**-**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	
Despesas gerais e administrativas	(5.778)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(5.778)**
RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas Financeiras	2.149
Despesas Financeiras	(290)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(3.919)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
Diferidos	1.291
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	**(2.628)**
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	**(0,0182)**

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/03/2025	31/12/2024	PASSIVO	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e equivalentes de caixa	279.892	-	Fornecedores	46.230	-
Partes relacionadas	3.598	-	Obrigações sociais	742	-
Impostos a recuperar	394	-	Obrigações fiscais	3.496	-
Adiantamentos a fornecedor	15.868	-	Partes relacionadas	3.237	13.797
Outros ativos	282	-			
Total do ativo circulante	**300.034**	**-**	**Total do passivo circulante**	**53.705**	**13.797**
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.291	-			
Outros ativos	23	-			
Realizável a longo prazo	**1.314**	**-**			
Imobilizado	1.034	-	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Infraestrutura em construção	72.430	3.532	Capital social	334.000	-
			Prejuízos acumulados	(12.893)	(10.265)
Total do ativo não circulante	**74.778**	**3.532**	**Total do patrimônio líquido**	**321.107**	**(10.265)**
TOTAL DO ATIVO	**374.812**	**3.532**	**TOTAL DO PASSIVO**	**374.812**	**3.532**

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R$ mil)	31/03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo antes dos tributos	(3.919)
Ajustes de:	
Depreciação e amortização	15
Provisão para participação nos lucros	290
Redução (aumento) dos ativos operacionais:	
Partes relacionadas	(3.598)
Impostos a recuperar	(394)
Adiantamento a fornecedores	(15.868)
Outros ativos	(305)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:	
Fornecedores	1.090
Partes relacionadas	(10.560)
Obrigações sociais	452
Obrigações fiscais	3.496
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(29.301)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(23.758)
Aquisições de itens de imobilizado	(1.049)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(24.807)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento de capital social	334.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**334.000**
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	279.892
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	279.892

Shape the future
with confidence

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas da
EPR Iguaçu S.A.
Cascavel – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da EPR Iguaçu S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 23 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

EPR Iguaçu S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVOS	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	279.892	-
Partes relacionadas	9	3.598	-
Impostos a recuperar		394	-
Adiantamentos a fornecedores	5	15.868	-
Outros ativos		282	-
Total dos ativos circulantes		**300.034**	**-**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1.291	-
Outros ativos		23	-
Total do realizável a longo prazo		**1.314**	**-**
Imobilizado	7	1.034	-
Infraestrutura em construção	8	72.430	3.532
		73.464	**3.532**
Total dos ativos não circulantes		**74.778**	**3.532**
TOTAL DOS ATIVOS		**374.812**	**3.532**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Iguaçu S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	46.230	-
Obrigações sociais	11	742	-
Obrigações fiscais	12	3.496	-
Partes relacionadas	9	3.237	13.797
Total dos passivos circulantes		**53.705**	**13.797**
TOTAL DOS PASSIVOS		**53.705**	**13.797**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		334.000	-
Prejuízos acumulados		(12.893)	(10.265)
Total do patrimônio líquido		**321.107**	**(10.265)**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**374.812**	**3.532**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Iguaçu S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota explicativa	31/03/2025
Receita operacional líquida	14	66.342
Custo dos serviços prestados	15	(66.342)
LUCRO BRUTO		**-**
Despesas gerais e administrativas	15	(5.778)
PREJUÍZO OPERACIONAL		**(5.778)**
Receitas financeiras	16	2.149
Despesas financeiras	16	(290)
RESULTADO FINANCEIRO		**1.859**
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		**(3.919)**
Imposto de renda e contribuição social		**1.291**
Diferidos	6	1.291
PREJUÍZO DO PERÍODO		**(2.628)**
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	17	**(0,0182)**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Iguaçu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025
(Em milhares de Reais)

	31/03/2025
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.628)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**(2.628)**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Iguaçu S.A.

Demonstração das mutações do patrimonio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado		
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2025		**-**	**-**	**-**	**(10.265)**	**(10.265)**
Aumento de capital social	13	690.000	(356.000)	334.000	-	334.000
Prejuízo do período		-	-	-	(2.628)	(2.628)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2025		**690.000**	**(356.000)**	**334.000**	**(12.893)**	**321.107**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Iguaçu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes dos tributos		(3.919)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	15	15
Provisão para participação nos lucros	11	290
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Partes relacionadas	9	(3.598)
Impostos a recuperar		(394)
Adiantamentos a fornecedores	5	(15.868)
Outros ativos		(305)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	10 e 21	1.090
Partes relacionadas	9	(10.560)
Obrigações sociais	11	452
Obrigações fiscais	12	3.496
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(29.301)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	8 e 21	(23.758)
Aquisições de itens de imobilizado	7	(1.049)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(24.807)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social	13	334.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**334.000**
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		279.892
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		**279.892**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EPR Iguaçu S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/03/2025
RECEITAS		
Receita dos serviços de construção	14	66.342
		66.342
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados		(2.453)
Custo dos serviços de construção	15	(66.342)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(746)
Outros custos		(531)
		(70.072)
VALOR ADICIONADO BRUTO		**(3.730)**
Depreciação e amortização	15	(15)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		**(3.745)**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	16	2.149
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**(1.596)**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**(1.596)**
Pessoal e encargos:		**1.907**
Remuneração direta		1.676
Benefícios		142
FGTS		89
Impostos, taxas e contribuições:		**(1.276)**
Federais (incluindo IOF)		(1.276)
Remuneração de capitais de terceiros:		**(2.227)**
Aluguéis	15	125
Outras despesas financeiras		276
Lucros retidos		(2.628)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

1. Contexto operacional

A EPR Iguaçu S.A. ("EPR Iguaçu" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito escífico e estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Aracy Tanaka Biazetto, 11458, bairro Pioneiros Catarinenses, Cascavel – PR, Brasil.

Constituída em 18 de outubro de 2024, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 – Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025.

O Contrato de Concessão nº 05/2024 estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à Companhia o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não havia iniciado sua operação, tendo seu ínicio em 16 de maio de 2025 (nota explicativa nº 22). A cobrança de tarifa de pedágio terá início somente após o cumprimento das seguintes condições: reforma das praças de pedágio existentes, eliminação de buracos, revitalização da sinalização horizontal e vertical em pontos críticos, instalação de placas indicativas de atendimento telefônico ao usuário e remoção da vegetação ao longo das rodovias.

A extensão total da malha rodoviária sob concessão é de 662,1 km, abrangendo dois principais trechos:

(i) da BR-277, do entroncamento com a BR-373/PR-452, próximo ao município de Guarapuava (PR), até a Ponte da Amizade, na divisa entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, passando por Cascavel; e (ii) de Cascavel até Pato Branco, no sudoeste do estado, passando pela cidade de Francisco Beltrão.

A concessão contempla 9 praças de pedágio, sendo 6 atualmente existentes e 3 a serem implantadas. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funcionará 24 horas por dia em 11 bases ao longo do trecho concedido, oferecendo suporte emergencial aos usuários.

A principal fonte de receita da Companhia será através da arrecadação da tarifa de pedágio. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.

O projeto de concessão compreende investimentos obrigatórios nas seguintes frentes:

- Recuperação e manutenção do sistema rodoviário e dos serviços prestados;
- Ampliação de capacidade e melhorias, incluindo duplicações e faixas adicionais;
- Obras de infraestrutura urbana, como travessias, vias marginais, acessos, trevos, retornos, passarelas, ciclovias, iluminação pública, passagens de fauna, pontos de ônibus, entre outros.

Segmento Operacional

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, compreendem as informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), equivalente à IAS 34 - Interim Financial Reporting e estão apresentadas de forma condizentes com as expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A emissão das Informações Trimestrais – ITR foi autorizada pela diretoria em 23 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2024, por esse motivo não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período comparativo de 31 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As informações contábeis intermediárisa estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a diretoria utilizou julgamentos,estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2025 que possuem efeito mais significativo nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Capitalização do infraestrutura em construção e ativo intangível

A capitalização em infraestrutura em construção e ativo intangível é o processo contábil no qual a Companhia registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que a Companhia distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

(ii) Receita de construção

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que a Companhia realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. A Companhia entende que as contratações de serviços de construção são feitas a preços de mercado, razão pela qual não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

(iii) Imposto de renda diferido

A Companhia deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos da Companhia no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados.

Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na Nota 6.

2.4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 18.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis intermediárias.

3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionaria presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

• Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

• Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3 Infraestrutura em construção

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo intangível".

Para o ambito da concessão, a infraestrutura referente ao contrato de concessão são registrados dentro do intangível da Companhia, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

3.4 Ativos imobilizados

Computadores e periféricos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos;
- Móveis e utensílios: de 5 a 10 anos;
- Instalações, edifícios e dependências: de 5 a 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 10 anos; e
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o v alor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso

3.5 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

3.6 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos da Companhia. .

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito a Companhia realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;+
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial

A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.8 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

3.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.13 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos e despesas e comissões bancárias.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedentede R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa decontribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-sea utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

3.16 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

3.17 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.18 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

3.19 Eventos após o período do relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025
Caixa e contas bancárias	40
Aplicações financeiras	279.852
Total	**279.892**

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por 100,91% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2025.

5. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de março de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 15.868, referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços relacionados predominantemente a serviços de operação.

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período findo em 31 de março de 2025 é como segue:

	31/03/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.919)
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	**1.332**
Ajustes para alíquota efetiva	
Adições/exclusões permanentes	(41)
Total	**1.291**
Imposto de renda e contribuição social:	
Diferidos	1.291
Total	**1.291**
Alíquota efetiva de impostos	**33%**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/03/2025
Ativo fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	1.193
Provisão para participação nos lucros	98
Ativo fiscal diferido líquido	**1.291**

A recuperabilidade do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal e base negativa é suportada por projeções de resultados tributáveis futuros da Companha. Com base nas projeções, a expectativa é que os saldos sejam realizados até o final do exercício de 2025.

7. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
(+) Adições	46	821	108	17	57	1.049
Saldo em 31 de março de 2025	**46**	**821**	**108**	**17**	**57**	**1.049**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	(14)	(1)	-	-	(15)
Saldo em 31 de março de 2025	**-**	**(14)**	**(1)**	**-**	**-**	**(15)**
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	**46**	**807**	**107**	**17**	**57**	**1.034**
Taxa de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	10%	20%	

8. Infraestrutura em construção

	Intangível em andamento (a)	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 18 de outubro de 2024	-	-	-
(+) Adições	3.532	-	3.532
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.532**	**-**	**3.532**
(+) Adições	66.342	2.556	68.898
Saldo em 31 de março de 2025	**69.874**	**2.556**	**72.430**

(a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho.

A Companhia, em 31 de março de 2025, estava atendendo o escopo de trabalhos iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários, com previsão de conclusão em maio/2026.

9. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Infra Lote 6 S.A. (a)	3.598	-
Total de ativos com partes relacionadas	**3.598**	**-**
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Concessionária Rodovias do Sul de Minas S.A. (a)	11	-
EPR Litoral Pioneiro S.A. (a)	3.226	-
EPR Participações S.A. (a)	-	13.797
Total de passivos com partes relacionadas	**3.237**	**13.797**

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA).

Durante o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia realizou transações de compartilhamento de despesas administrativas com empresas do mesmo grupo econômico com efeito caixa líquido de um desembolso de R$ 10.652.

	Ativo	Passivo
Saldo em 18 de outubro de 2024	-	-
(+) Compartilhamento de custos	-	13.797
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**13.797**
(+) Compartilhamento de custos	3.715	14.006
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	(117)	(24.566)
Saldo em 31 de março de 2025	**3.598**	**3.237**

Remuneração da administração

Durante o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 221 referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações

10. Fornecedores

	31/03/2025
Fornecedores operacionais	46.230
Total	**46.230**

Os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura da Companhia, bem como execução de obras na rodovia.

11. Obrigações sociais

	31/03/2025
Salários e encargos sociais	413
Provisão para participação nos lucros	290
Provisão para férias e 13° salário	39
Total	**742**

12. Obrigações fiscais

	31/03/2025
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.232
Impostos sobre serviços – ISS	683
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	362
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	86
Programa de integração social – PIS	14
Tributos federais retidos	1.119
Total	**3.496**

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia foi constituída com a subcrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de fevereiro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência da totalidade das ações ordinárias dos acionistas EPR Participações S.A. e EPR Infraestrutura PR S.A. para a EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

Em 21 de fevereiro de 2025, foram subscritas 689.999.900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R$ 689.000. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R$ 334.000.

Em 31 de março de 2025, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Companhia é de R$ 334.000 (totalmente integralizado pelo valor de R$ 100,00 (cem reais) em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado a seguir.

	31/03/2025			
Sócios	**Tipo de ação**	**Quantidade de ações**	**R$**	**%**
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.	Ordinárias	690.000.000	334.000	100,00%
		690.000.000	**334.000**	**100,00%**

	31/12/2024			
Sócios	**Tipo de ação**	**Quantidade de ações**	**R$**	**%**
EPR Participações S.A.	Ordinárias	99	-	99,00%
EPR Infraestrutura PR S.A.	Ordinárias	1	-	1,00%
		100	**-**	**100,00%**

14. Receita operacional líquida

	31/03/2025
Receitas operacionais	
Receita de serviços de construção (Nota 8)	66.342
Receita operacional líquida	**66.342**

15. Custos e despesas por natureza

	31/03/2025
Custos e despesas	
Custo de serviços de construção (Nota 8)	(66.342)
Serviços de terceiros	(2.014)
Com pessoal	(2.396)
Depreciação e amortização	(15)
Aluguéis	(125)
Seguros e garantias	(46)
Combustíveis e lubrificantes	(172)
Outros	(1.010)
Total	**(72.120)**
Custo dos serviços prestados	(66.342)
Despesas gerais e administrativas	(5.778)

16. Resultado financeiro

	31/03/2025
Receitas financeiras	
Aplicações financeiras	2.149
Total	**2.149**
Despesas financeiras	
Impostos sobre receitas financeiras	(100)
Encargos financeiros	(16)
Outras despesas	(174)
Total	**(290)**
Resultado financeiro	**1.859**

17. Resultado por ação

	31/03/2025
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(2.628)
Média ponderada das ações ordinárias	144.733
Resultado básico e diluído por ação – R$	**(0,0182)**

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	279.892
Partes relacionadas (Nota 9)	3.598
Total	**283.490**

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscode prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 10)	46.230	-	-	46.230
Partes relacionadas (Nota 9)	3.237	-	-	3.237
Total	**49.467**	**-**	**-**	**49.467**

d) Risco de taxa de juros

A Companhia está expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativo financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 4)	279.852	Variação CDI	12,50%	34.982	43.727	52.472	26.236	17.491

A diretoria da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foramestimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbioe taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f) Risco regulatório

O Contrato de Concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da Companhia, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a Companhia e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da Companhia em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à Companhia pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da Companhia, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a Companhia poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A Companhia poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à Companhia, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

g) Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

	31/03/2025
Fornecedores (Nota 10)	46.230
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(279.892)
Caixa líquido de dívidas	**(233.662)**

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		31/03/2025		31/12/2024	
	Classificação	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 4)	2	40	40	-	-
Aplicações financeiras (Nota 4)	1 (Nível 2)	279.852	279.852	-	-
Partes relacionadas (Nota 9)	2	3.598	3.598	-	-
		283.490	**283.490**	-	-
Passivo					
Fornecedores (Nota 10)	2	46.230	46.230	-	-
Partes relacionadas (Nota 9)	2	3.237	3.237	13.797	13.797
		49.467	**49.467**	**13.797**	**13.797**

A classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado
Classificação 2 – Custo amortizado

19. Garantias e seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	31/03/2025		
	Vigência		Limites de
Riscos cobertos	Início	Vencimento	indenização
Seguro garantia	12/03/2025	12/05/2027	543.943
Riscos operacionais	12/03/2025	12/05/2026	69.892
Responsabilidade civil geral	12/03/2025	12/05/2026	20.000

20. Compromissos

A Companhia tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e
- Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 18.962.740, sendo R$ 13.269.336 destinados à expansão e melhorias e R$ 5.693.404 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 462 quilômetros de pistas, a implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais e 87 quilômetros de vias marginais.

Além do estabelecido acima, a Companhia também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da Companhia em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

A Companhia também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER	543.943
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descrita no PER até o 27º ano de concessão	271.972
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	543.943

21. Transações que não afetaram caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	31/03/2025
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(45.140)

22. Eventos subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028.

O montante total da emissão foi de R$ 580.000, sendo a 1ª série no montante de R$ 400.000 e a 2ª série no montante de R$ 180.000. A emissão foi destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM 160/2022. Os recursos captados são com o objetivo de realizar os investimentos estimados, assim como fortalecer a sua estrutura financeira.

A 1ª série foi integralizada em 17 de abril de 2025, e a 2ª série deverá ser integralizada até 30 de abril de 2026.

Em 11 de abril de 2025, foi celebrado o "Contrato nº 05/2024" com a Agência Nacional de Transportes ("ANTT").

Em 16 de maio de 2025, a Companhia deu início à suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico sem a cobrança da tarifa de pedágio.